



# Mobilidade e Proteção Social nos Territórios Socioassistenciais “Estação Cidadania” — CEU e “Victor D’Andrea” — CECAP, Limeira (SP)

Palavras-Chave: VULNERABILIDADE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPAÇOS DE VIDA

JOSUÉ DA ROCHA FERREIRA, FCA — UNICAMP

Prof. Dr. EDUARDO MARANDOLA Jr. (orientador), FCA — UNICAMP

Doutorando TIAGO RODRIGUES MOREIRA. (co-orientador), FCA — UNICAMP

---

## INTRODUÇÃO

No Brasil, após o desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, foi dado um novo passo para a garantia de direitos sociais de toda a população. Ela apresenta diretrizes para a assistência social acontecer ordenadamente por políticas conjuntas atuando em diferentes áreas (ZEMZEZEM; ALVES, 2013). O processo de implementação da política envolve a definição de territórios de atuação e atendimento, bem como a compreensão de sua manifestação e significado espacial e social.

A implementação das redes de atendimento está articulada diretamente, portanto, às formas urbanas, à distribuição espacial da população e às possibilidades de acesso aos serviços, que dependem de diferentes fatores, como econômicos, educacionais, sociais, culturais, entre outros. Dentre tais fatores, a mobilidade tem sido cada vez mais indicada como fundamental para compreender não apenas a organização do sistema de assistência social, mas a própria acessibilidade aos serviços.

O objetivo desta pesquisa é discutir o papel da mobilidade no acesso à rede de assistência e proteção social no município de Limeira (SP). Este se encontra na região centro-leste do Estado de São Paulo (ROSSINI, 2001) inserido na Depressão Periférica Paulista, especificamente na sub-região denominada Zona do Médio Tietê (ALMEIDA, 1974). O município abrange um território de aproximadamente 580 km<sup>2</sup>, tendo uma população estimada de 291.869 habitantes (IBGE, Censo, 2022). Destas, 97% vivem na zona urbana e 3% no campo. A escolarização do município está em 97,7% com 94 escolas de ensino fundamental e 41 escolas de ensino médio.

A mobilidade é compreendida como fato social complexo, relacionado tanto às espacialidades quanto às suas estruturas (URRY, 2007). Políticas públicas que negligenciem a mobilidade populacional podem cometer erros na aplicação das medidas, impedindo que indivíduos possam ter acesso a seus direitos, expondo-os a riscos.

A vulnerabilidade social quando estamos pensando no indivíduo entende-se como aquilo necessário para uma boa qualidade de vida, crescimento pessoal e satisfação própria e o que, em simultâneo, a expõe aos riscos à saúde e vida (PAZ; SANTOS; EIDT, 2006). Como são acessados esses instrumentos de auxílio e distribuídos no território se torna então uma importante questão para a vulnerabilização de uma população.

Importante ressaltar que há uma distinção entre vulnerabilidade social e risco, mesmo que os dois existam em conjunto. O entendimento de sociedade de risco é visto como um conceito que entende a acumulação de riscos, sejam eles financeiros, biológicos, militares que estão presentes em nosso mundo (BECK, 2011). Dentro disso é necessário se perguntar “vulnerabilidade a quê?”, e compreender

como habitantes respondem aos desastres e problemas cotidianos, demonstrando resiliência e sua adaptação (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009).

Proteção social é entendida como toda intervenção pública para auxiliar indivíduos e comunidades a administrar riscos ou apoiar os cronicamente pobres (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009), o que está na base conceitual que orienta as ações da PNAS, buscando compreender os riscos e as vulnerabilidades sociais da população que necessita da assistência (JANCZURA, 2012).

A interação dos diferentes marcadores sociais, nesse meio, ou seja, a interseccionalidade, é também uma importante perspectiva para compreender e resolver problemas na realidade (CORREIA, 2021). Racismo e violência no contexto brasileiro são tão intrinsecamente unidos que é impossível desassociá-los em um estudo. Quando falamos em vulnerabilidade social, porém, o movimento que as pessoas fazem para chegar até os locais para obter assistência se torna indispensável, ao poder manifestar riscos diários que essas pessoas se expõe.

## **METODOLOGIA**

Na pesquisa e coleta de dados foram utilizados os dados disponibilizados no site oficial do Centro de Promoção Social Municipal, CEPROSOM. O período de 2018 a 2021 foi escolhido devido à abrangência das informações disponíveis (2022, por exemplo, ainda não estava completo no banco de dados). Foi utilizado planilhas para fazer o controle e filtragem dos dados, de onde se originaram os gráficos e tabelas a seguir, trazendo uma visão geral dos territórios estudados.

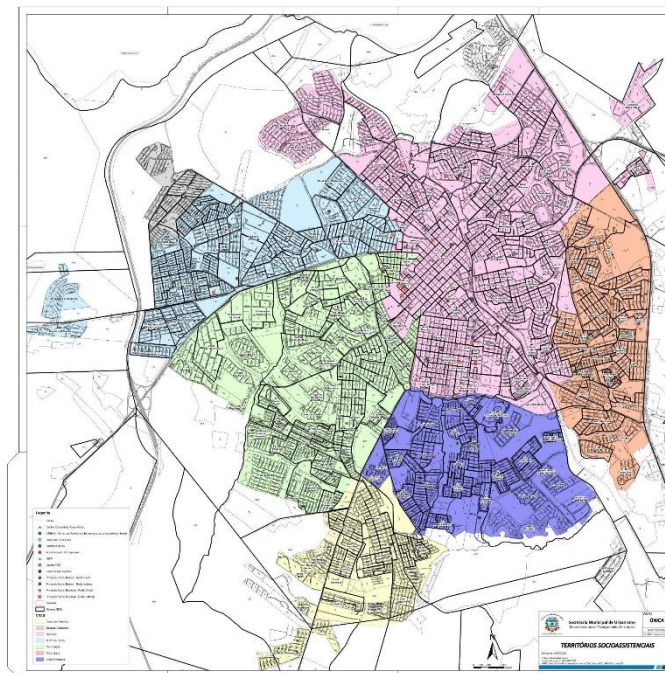
A fenomenologia como base teórico-metodológico se fez presente nessa etapa, entendendo a experiência como uma situação criada pela própria pesquisa, situação essa que produz conhecimento. Entendemos que lugares também podem ser considerados vulneráveis ou estar expostos a riscos e perigos, mostrando uma vulnerabilidade do lugar (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009), como entes geográficos de natureza social e cultural que expressam possibilidades de experiências compartilhadas. Os lugares são construídos na intersubjetividade, historicidade e geograficidade, uma região pode ser um conjunto de variadas naturezas que podem se relacionar ou não entre si (FRÉMONT, 1980). Entender a mobilidade e a vulnerabilidade nos territórios socioassistenciais, portanto, perpassa entender essa complexidade.

Para o mapeamento dos territórios socioassistenciais utilizou-se a demarcação guia dos operadores do CEPROSOM, porém essa etapa demonstrou haver uma defasagem na atualização dos mapas desde a pandemia, o que produziu conflitos de informações, principalmente referente ao CRAS Conjunto Residencial Victor D'Andrea. Devido à ausência de delimitação precisa da composição dos bairros, utilizamos como base o mapa de 2020, com ressalvas, entendendo que não representa a utilização última dos moradores, que será descrito na conclusão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O território socioassistencial estudado é coberto pelo Centro de promoção social municipal (CEPROSOM), órgão gestor da política municipal de assistência social de Limeira. Ele segue os parâmetros dados pelo Programa Nacional da Assistência Social. O órgão desenvolve seu trabalho no município, dividindo o território em sete Centros de referência de assistência social (CRAS), sendo eles: CRAS Presidente Dutra, CRAS Parque Nossa Sra. das Dores, CRAS Casas Famílias, CRAS Marilena Pinto Ramalho, CRAS Conjunto Residencial Victor D'Andrea, CRAS CEU e o CRAS Volante (Figura 1). Esses Centros servem de porta de entrada para as pessoas e famílias que precisam de alguma orientação ou atendimento social.

Figura 1: Territórios socioassistenciais de Limeira (SP)



Fonte: CEPROSSOM.

Conforme o último relatório do cadastro único disponibilizado pelo CEPROSSOM, a cidade de Limeira tem 29242 famílias de baixa renda cadastradas no sistema do governo federal, contabilizando 72026 indivíduos (Tabela 1). Isso representa um total de 23% da população de Limeira em situação de vulnerabilidade social e baixa renda, necessitando de apoio público.

Tabela 1 - Total de usuários cadastrados no CadÚnico em dezembro de 2021

Total de usuários Cadastrados no CadÚnico	dez./2021
Total de Pessoas	72.026
Total de Famílias	29.242
Média de pessoas do núcleo familiar	2,46

Fonte: CEPROSSOM <http://www.ceprosom.sp.gov.br/portal2/paineis-de-indicadores-rede-direta-1o-trimestre-de-2022-6/?prev>

Para nossa pesquisa, investigamos dois desses territórios socioassistenciais, a saber, CRAS Estação Cidadania — CEU e CRAS Victor D'Ándrea — CECAP. Utilizando os dados disponibilizados e a referência bibliográfica existente, analisamos como se dá a mobilidade da população desses locais a procura dos aparelhos assistenciais. Para isso, é importante entender se há a utilização desses instrumentos pela população alvo, os dados de atendimentos disponibilizados pelo sistema do CEPROSSOM mostram essa frequência.

Foi demonstrado por meio dos estudos e no território assistencial do CRAS Estação Cidadania, situações que expõe os moradores a perigos e riscos, sendo o primeiro deles a pouca disponibilização de linhas de ônibus para o bairro Geada. Pelo fato de sua localização, a ida para atendimentos no sistema de assistência social pode causar exposições a riscos, devido a uma única rua que liga o bairro ao restante do município. Isso tende a criar uma tensão, pois o fechamento da rua em uma possível tragédia causaria um grande. Estudos mais aprofundados podem verificar e responder se o sujeito, no caso, os moradores da região estão sendo resilientes ou vulneráveis diante de uma situação estressante (CECCONELLO, 2003), adaptando a vida para conseguir continuar a vida comum.

O território CRAS Centro Victor D'Andrea, por sua vez, há fatores geográficos que potencializam as fragilidades. Devido à sua grande área de cobertura, moradores de bairros mais afastados podem ter dificuldades para se locomover ao centro de referência de assistência social e ao CECAP, que disponibiliza cursos e programas de lazer. Mesmo com as seis linhas de ônibus disponíveis pela SOU limeira para a região, não há um ônibus que interligue as diferentes regiões do território, acarretando uma limitação de mobilidade, dificultando o acesso ao sistema de proteção. Além disso, a divisão do território deve ser pensada para que esses problemas de acessibilidade sejam diminuídos.

## CONCLUSÕES

Sposati afirma que:

A vulnerabilidade, como o risco, também tem graduação, ao abranger os mais e os menos vulneráveis, isto é, os mais e os menos sujeitos a um risco; ou a serem mais, ou menos, afetados quando a ele expostos. Portanto, podem-se identificar dois planos: o das fragilidades e o da incapacidade em operar potencialidades. No caso, atuar com vulnerabilidades significa reduzir fragilidades e capacitar as potencialidades. Esse é o sentido educativo da proteção social, que faz parte das aquisições sociais dos serviços de proteção. (SPOSATI, 2009, p. 35),

Portanto o poder público deve entender seu papel nos problemas multifacetados da vulnerabilidade das populações, podendo atuar como redutor de fragilidades, disponibilizando mais serviços e expandindo os programas existentes, e capacitar potencialidades com a disponibilização de mais ônibus para os locais e a conscientização da população dos programas prestados. O empoderamento dos cidadãos pode ser intensificado com uma divisão que compreenda as dimensões históricas, geográficas e sociais das regiões e do efeito vizinhança, para não haver uma inserção artificial no contexto dos moradores, levando a mais marginalização ou sucateamento de programas.

É necessário também compreender que a atuação deve ser feita em conjunto com os demais agentes sociais, estado, família e sociedade devem trabalhar unidos, superando a demanda que responsabiliza somente uma instituição (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019). Novas pesquisas, focando na experiência dos moradores e dos agentes do CEPROSOM podem auxiliar na melhor compreensão desse sistema e aprofundar os estudos

---

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de. **Fundamentos geológicos do relevo paulista**. São Paulo: Instituto de Geografia. Universidade de São Paulo, 1974. 110 p.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco** — Rumo a outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011, 2ª Ed.
- BRASIL, IBGE. Censo Demográfico. Brasília, 202.
- CECCONELLO, Alessandra Marques. Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco. 2003.
- CEPROSOM, Centro de Promoção Social Municipal. Limeira, 2021 <<http://www.ceprosom.sp.gov.br/portal2/psb/>>
- CORRÊA, Milena Dias et al. As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. **Saúde e Sociedade**, v. 30, 2021.
- FRÉMONT, Armand. **A Região, Espaço Vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

- JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social?. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301–308, 2012.
- MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 2, p. 161–181, 2009.
- MUSIAL, Denis Cezar; MARCOLINO-GALLI, Juliana Ferreira. Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. **O social em questão**, v. 21, n. 44, p. 291–306, 2019.
- Número de estabelecimentos de ensino médio: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2023.
- PAZ, Adriana Aparecida; SANTOS, Beatriz Regina Lara dos; EIDT, Olga Rosaria. Vulnerabilidade e envelhecimento no contexto da saúde. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.19, n.3, p. 338–342, 2006.
- ROSSINI, Denise. **Análise ambiental e do padrão espacial em áreas de expansão urbana de Limeira-SP**. Dissertação (Mestrado em Análise da Informação Espacial) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.
- SEMZEZEM, Priscila; ALVES, Jolinda de Moraes. Vulnerabilidade Social, abordagem territorial e proteção na política de Assistência Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, V. 16, N.1, p. 143–166, JUL./DEZ. 2013.
- SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**, p. 13–56, 2009
- URRY, John. **Mobilities**. London: Polity, 2007
- VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B. de; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 731–741, 2009.